

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Margarete Miranda Silva

TÍTULO DO TRABALHO

Programa de Intervenção Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte na Escola Municipal Elisa Buzelin - Reflexões sobre uma prática

Belo Horizonte

2010

Margarete Miranda Silva

TÍTULO: Programa de Intervenção Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte na Escola Municipal Elisa Buzelin – Reflexões sobre uma prática

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Gilcinei Teodoro Carvalho

Belo Horizonte
2010

Margarete Miranda Silva

TÍTULO: Programa de Intervenção Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte na Escola Municipal Elisa Buzelin – Reflexões sobre uma prática

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Alfabetização e Letramento, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Gilcinei Teodoro Carvalho

Aprovado em 11 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

Vivemos um momento histórico na Educação Brasileira em que crianças que apresentam ritmos diferenciados de aprendizagem e antes evadiam da escola, ou nem mesmo chegavam a freqüentá-la, hoje, devido às políticas públicas de ampliação do acesso e da permanência, estão nos bancos escolares e precisam ser atendidas pelo sistema educacional.

Um grande número de professores atentos às necessidades diferenciadas dos alunos e pressionados pelos resultados das avaliações externas (Provinha Brasil, Proeb/Simave, Avalia BH) realizadas nas escolas, implementou práticas para atender aos alunos com baixo desempenho, constituindo-se então, como experiências isoladas na Rede Municipal de Belo Horizonte.

O PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) é a primeira proposta de intervenção para atender aos alunos com baixo desempenho nas avaliações sistêmicas a ser realizada obrigatoriamente em todas as escolas da PBH (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

Conhecer o Projeto, o seu desenvolvimento dentro da Escola Municipal Elisa Buzelin e refletir sobre suas possíveis contribuições e implicações para a aprendizagem das crianças foi objetivo desse trabalho.

No início da implementação do PIP no 2º ciclo fiz um levantamento através da escrita dos alunos para compreender em que nível do processo de aquisição do código alfabético ortográfico eles se encontravam e após o transcorrer de seis meses voltei a avaliar a escrita dos alunos para realizar uma análise comparativa.

Dez dos dezoitos alunos que freqüentam o PIP demonstraram mais explicitamente avanços na aquisição do código alfabético/ortográfico, de forma que para eles a participação no projeto fez diferença. Porém, os avanços ainda são pequenos diante do fato de os mesmos alunos já estarem no segundo ciclo e, provavelmente, eles

voltarão a apresentar resultados abaixo do satisfatório nas próximas avaliações sistêmicas. Na realidade essa mudança tem um significado de superação de obstáculos e de mudança de condição para o aluno que transcende aos resultados de avaliações externas, dentro da lógica de desempenho padrão.

É importante aprofundar mais as discussões em torno do quê e do como avaliar para que não se cometa o erro, por homogeneização avaliativa, percamos o respeito às diferenças de tempo de aprendizagem.

O grupo de alunos que ainda não estão alfabetizados no segundo ciclo deve ser um compreendido pelo coletivo da escola como necessitando de diferentes estratégias de ensino e não como um problema apenas da professora de intervenção.

Palavras-chave: aquisição do código alfabético ortográfico, processo de avaliação, intervenção pedagógica.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO.....	09
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
4. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

É experiência aquilo que nos passa, ou nos toca, ou nos acontece, e ao nos passar nos faz e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.

Jorge Larrosa

“Há bem pouco tempo atrás, contingentes de 10 a 20% de estudantes evadiam-se ano a ano, acostumados a conviver com grande número de turmas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e pouquíssimas nos anos finais, o que mostra uma seletividade enorme da escola. A educação era meritória, só escalonava as séries escolares aqueles que eram ‘capazes’. Entendíamos que os demais deveriam repetir, repetir e, para cada professor, aqueles educandos deixavam de existir, iam para outras turmas, iam embora, não se sabia. Isso não era um problema do professor. Provavelmente, não era um problema de ninguém, pois o mérito se sobrepunha.” (SMED- BH, 2008, p.7)

Os estudantes que antes evadiam da escola por não se adaptarem, ou porque tinham de ingressar precocemente no mercado de trabalho, ou ainda, devido às reprovações contínuas, felizmente, hoje, devido às políticas públicas de ampliação do acesso e permanência, estão nas salas de aula e precisam ser atendidos pela escola. Dessa forma, o processo político/histórico/social que excluía da educação os alunos considerados “pouco capazes” para aprender sofre uma ruptura e inicia-se a construção de uma escola para todos.

O PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) é a primeira ação obrigatória proposta pela SMED para atender aos alunos com defasagem de aprendizagem. Especificamente para o segundo ciclo, o projeto tem por objetivo atender aos alunos que não se alfabetizaram durante o primeiro ciclo. Antes da implementação do PIP cada escola fazia, ou não, suas experiências para atender os alunos em defasagem no processo de alfabetização/letramento.

É importante afirmar que está entre as funções primordiais da escola alfabetizar seus educandos, o que exige do professor competência e técnica para desenvolvimento do seu ofício. Magda Soares (2004) aborda bem a necessidade de

reconhecemos a especificidade do processo de alfabetização, aqui entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico. Portanto, para buscar garantir ao aluno apropriar-se do sistema de escrita é necessário conhecimento por parte dos professores e uma proposta metodológica consistente que proponha a utilização de diferentes estratégias de ensino.

O processo de Intervenção Pedagógica é, segundo a SMED, mais uma iniciativa para promover um maior domínio da leitura e da escrita dos alunos que ainda não estão alfabetizados no segundo ciclo. Para a efetivação do mesmo, também segundo a SMED, deve-se escolher uma professora com conhecimentos teóricos e práticos de alfabetização na perspectiva do letramento, com boa relação interpessoal com os alunos e que agrupe todos os horários de ACEPAT (Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar) em um único dia, para dedicar ao planejamento, à formação e à realização de reuniões/atendimentos aos pais. (CF. SMED- BH, 2009, p.2)

Conforme resultados obtidos pelos alunos da Escola Municipal Elisa Buzelin nas últimas avaliações sistêmicas, podemos afirmar que ano a ano a escola tem aumentado sua eficiência no alcance do principal objetivo do primeiro ciclo, também conhecido como o ciclo da alfabetização. "Nos sistemas de ensino eficientes, os alunos apresentam bons índices de aprendizagem que expressam a qualidade do trabalho escolar". (SEE - MG, 2007, 2008)

Analisando os resultados alcançados pelos alunos da Escola Municipal Elisa Buzelin nas avaliações sistêmicas nos quatro últimos anos, podemos afirmar que os números são favoráveis à Escola. Porém, encontramos, no segundo ciclo, um grupo de dezoito alunos com baixo desempenho de acordo com as avaliações internas e principalmente com as avaliações sistêmicas (Avalia BH/SMED, Provinha Brasil e Proalfa). Reconhecendo que um terço desse grupo teve uma retenção no primeiro ciclo e que, mesmo assim, para esses alunos, a escola ainda não alcançou com eficiência o objetivo de alfabetizá-los, apresenta-se o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) proposto pela Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Compreender a proposta do PIP e como ele acontece dentro Escola Municipal Elisa Buzelin, além de conhecer e analisar o material oferecido para esse projeto se

torna preponderante para entendermos se o PIP tem ou não alcançado o objetivo para o qual foi criado. Além disso, podemos refletir se o modelo de intervenção proposto pela SMED é eficiente ou se poderíamos vislumbrar outras possibilidades de intervenção junto aos alunos com defasagem em leitura e escrita.

Vivemos um momento histórico onde a sociedade brasileira exige a permanência na escola de crianças que antes evadiam. A SMED implementa o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) para atender as crianças que ainda não concluíram o processo de alfabetização, mas se encontram no segundo ciclo. Conhecer o Projeto, o seu desenvolvimento dentro da Escola Municipal Elisa Buzelin e refletir sobre suas possíveis contribuições, ou não, para a aprendizagem das crianças foi objetivo desse trabalho.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

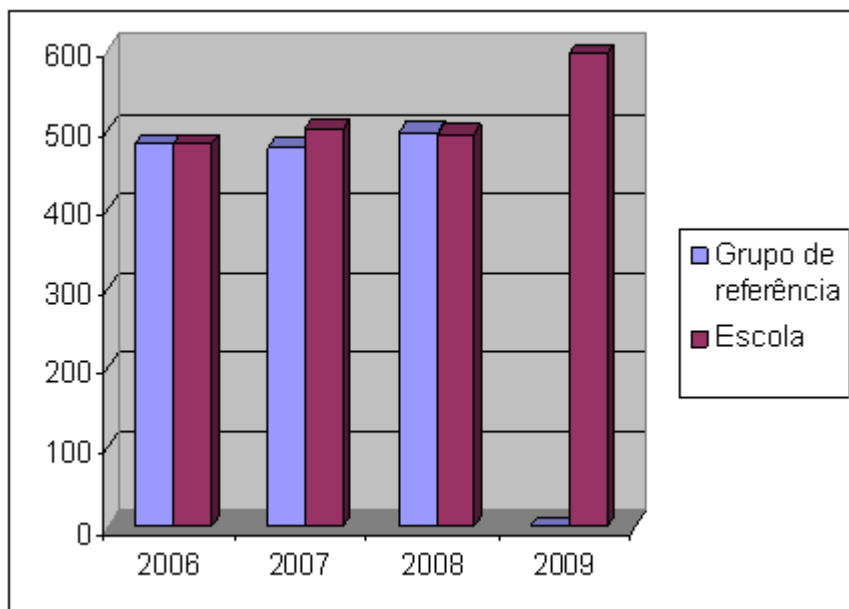
Ao longo dos últimos anos os alunos da Escola Municipal Elisa Buzelin e de toda a Rede Municipal de Belo Horizonte, têm sido submetidos aos processos de avaliação sistêmica. Os resultados dessas avaliações nos permitem perceber que gradativamente a Escola Municipal Elisa Buzelin tem alcançado melhor eficiência no trabalho de alfabetização/ letramento. Ano a ano um maior número de alunos tem melhorado seu desempenho em Língua Portuguesa de modo a demonstrar um gradual crescimento no desempenho de habilidades de leituras mais sofisticadas que lhes permitem além da localização das informações explícitas no texto, realizar inferências e relacionar partes do texto.

Alfabetização/letramento amplia o conceito de alfabetização no qual, além do domínio da tecnologia do ler e do escrever (codificar e decodificar) espera-se que os alunos façam usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessários.

É importante ressaltar que o Índice da Educação Básica (IDEB) da Escola é seis. “O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.” (www.mec.gov.br)

Resultados da Escola nas Avaliações Sistemáticas - Língua Portuguesa

Proalfa – Programa de Avaliação da Alfabetização - Secretaria de Estado de Educação de MG
(8 anos)



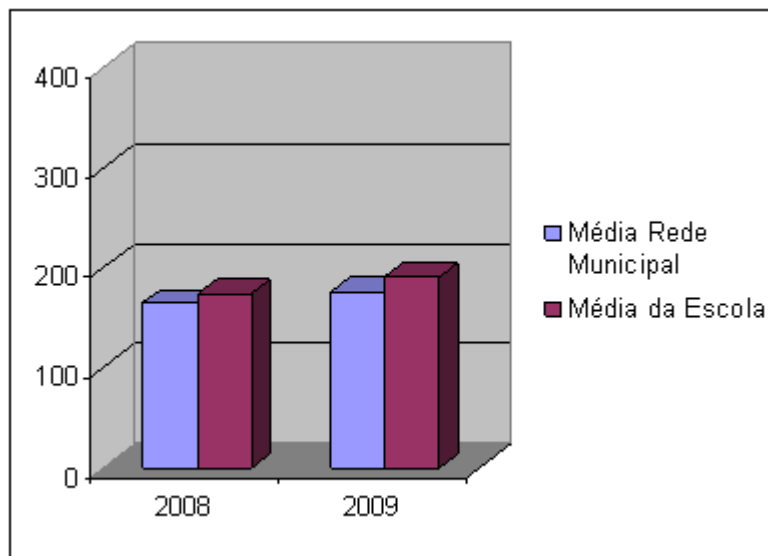
* Padrões:

A escala vai de 0 a 1000*

- 350 a 450 - Baixo
- De 450 a 500 - Intermediário
- 500 a > 600 - Recomendado

A escola permaneceu três anos dentro da faixa intermediário e em 2009 alcançou o nível recomendado. No nível intermediário os alunos sabem ler frases e pequenos textos. No nível recomendado os alunos do final do primeiro ciclo sabem ler frases e pequenos textos e começam a desenvolver habilidades de identificação do gênero, do assunto e da finalidade de texto.

Avalia BH – Programa de Avaliação da SMED-BH (8 anos)

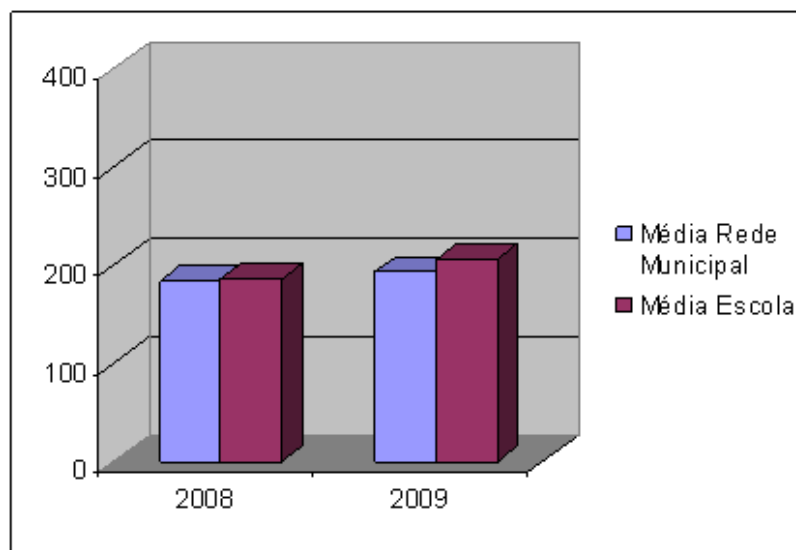


* Padrões:

- Até 100 – Abaixo do Básico
- De 100 a 150 – Básico
- De 150 a 200 – Satisfatório
- De 200 a 250 ou mais – Avançado

A Escola nos dois anos analisados apresentou um avanço de satisfatório passando para o avançado.

Avalia BH (9 anos)

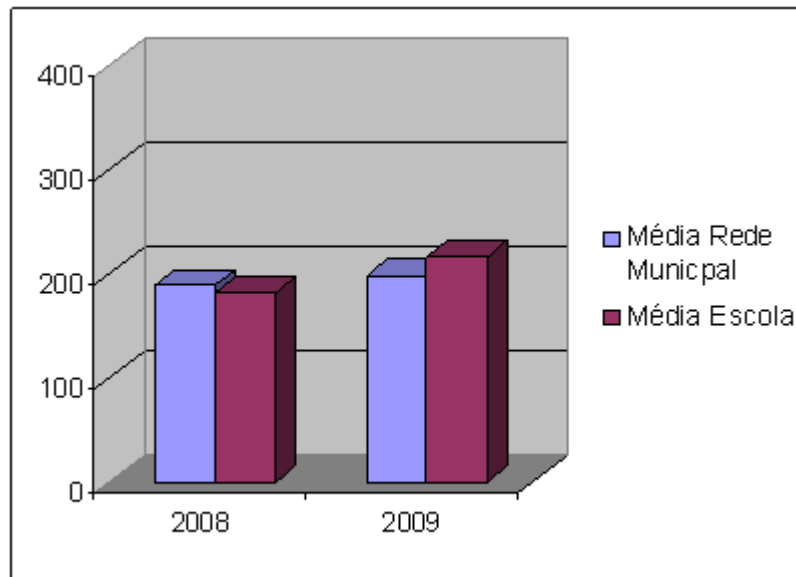


* Padrões:

- Até 125 – Abaixo do Básico
- De 125 a 150 – Básico
- De 150 a 225 – Satisfatório
- De 225 a 250 ou mais – Avançado

A escola manteve o nível satisfatório nos anos analisados.

Avalia BH (10 anos)

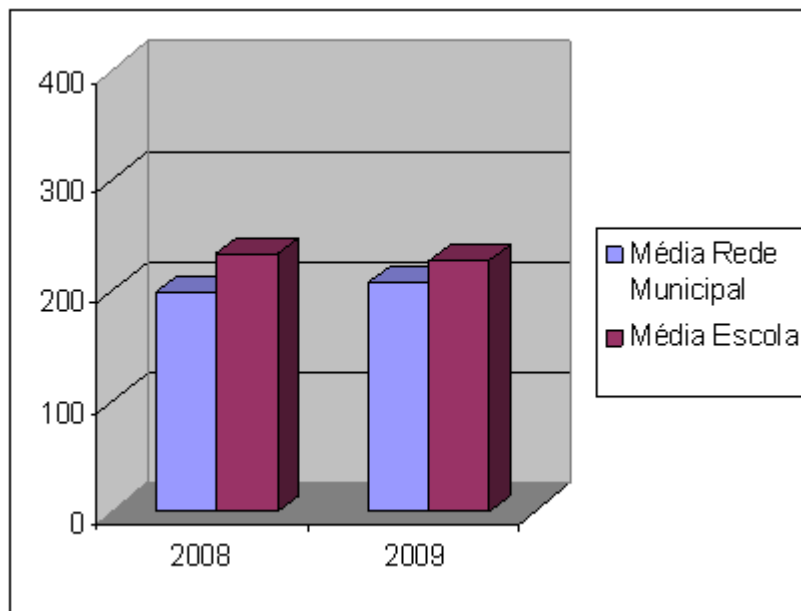


* Padrões:

- Até 150 – Abaixo do Básico
- De 150 a 200 – Básico
- De 200 a 250 – Satisfatório
- De 250 a 275 ou mais – Avançado

A Escola avançou do nível básico para o satisfatório em 2009.

Avalia BH (11 anos)



* Padrões:

- Até 150 – Abaixo do Básico
- De 150 a 200 – Básico
- De 200 a 275 – Satisfatório
- De 275 a 300 ou mais – Avançado

A Escola manteve o nível satisfatório.

O nível de desempenho satisfatório explicita que os alunos apresentam um desenvolvimento compatível de alfabetização/letramento com sua idade/ciclo. Com os passar dos anos os alunos têm demonstrado desempenho de habilidades de leituras mais sofisticadas que lhes permitem além da localização das informações explícitas, realizar inferências, relacionar partes do texto e relacionar o texto com outros textos.

É possível compreender, a partir dos dados apresentados nos gráficos, que os alunos da Escola Municipal Elisa Buzelin apresentam um nível satisfatório de alfabetização/letramento de acordo com as avaliações sistêmicas a que foram submetidos nos últimos anos. É perceptível uma ligeira ascensão nos valores dos gráficos ano a ano, portanto, podemos concluir que as habilidades de leitura estão sendo consolidadas, o que pode traduzir uma proposta metodológica eficiente.

Apesar do quadro exposto, encontramos no segundo ciclo um grupo de dezoito alunos que não tiveram resultados satisfatórios nas avaliações sistêmicas e ainda não consolidaram o seu processo de alfabetização e que, portanto, de acordo com as orientações da SMED, deve frequentar o PIP.

A partir da análise dos resultados obtidos nas avaliações sistêmicas de Língua Portuguesa a SMED orienta a escola a dar início à implementação do PIP com a seleção dos alunos que tiveram notas abaixo do satisfatório. Portanto evidencia-se nesta prática a lógica do “bom desempenho”, já que participam do PIP exatamente os maus sucedidos nas avaliações sistêmicas.

Cabe registrar que, mesmo com toda essa preocupação por bons desempenhos, homogeneização, demonstrado acima, o mesmo discurso de política curricular também faz referência a uma diversidade quase natural de ritmos, de desenvolvimento e de vivências. Assim, as Diretrizes para o Projeto de Intervenção Pedagógica alertam que “é preciso observar que o desenvolvimento humano não acontece da mesma forma e no mesmo tempo. Cada criança é um ser único, com vivências, ritmos e características pessoais que precisam ser consideradas e acolhidas em sua diversidade”. (SMED, BH, 2009, p.4)

Contudo, apesar do reconhecimento da diversidade, as diretrizes concluem que:

“mesmo com todo o cuidado e investimento no sentido de reconhecer essa diversidade no processo de aprendizagem de cada aluno, verificou-se por meio dos resultados da avaliação do primeiro ano do 1º ciclo (6 anos) elaborada pela SMED, da Provinha Brasil (segundo ano do 1º Ciclo) e do Proalfa (terceiro ano do 1º Ciclo), todas realizadas em 2008, que algumas crianças apresentam baixo desempenho de aprendizagem”. (SMED, BH, 2009, p.4)

É importante destacar que a lógica presente no discurso das Diretrizes reconhece que a escola deve acolher e garantir a diferença de vivências e características pessoais e os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, mas desde que isso em nada prejudique o desempenho nas avaliações. Portanto, o importante é que os alunos alcancem boas notas nas avaliações externas.

As avaliações sistêmicas buscam quantificar com o mesmo instrumento a aprendizagem de todas as crianças. Crianças com diferentes ritmos, crianças com possíveis ou reais deficiências, crianças com diferentes vivências. Os 18 alunos que vieram do 1º ciclo sem as proficiências consideradas necessárias para o 2º ciclo apresentam déficits de aprendizagem que não poderão ser corrigidos apenas com as 4hs semanais garantidas pelo PIP, principalmente, quando ele é retirado de sua turma de origem. Turma essa, que continuará participando das atividades curriculares normais do ano/ciclo.

Nessa perspectiva, avaliá-lo tal como se avalia a turma de origem improcede, uma vez que, mesmo avançando no PIP, ele ainda desconhece e não está apto a responder às demandas específicas da sua turma de origem. Mesmo não havendo diagnóstico de uma deficiência (física ou psíquica) e/ou déficits de aprendizagem, existem outros fatores que levaram esses alunos a não aquisição das competências da alfabetização e letramento. Assim, importante seria aprofundar mais a discussão em torno do quê e do como avaliar, para que não se cometa o erro de, por uma homogeneização avaliativa, perder-se o respeito às diferenças de tempos de aprendizagem.

Fato é que os alunos que não tiveram bom desempenho, devem necessariamente freqüentar o PIP. Podemos pensar dessa forma que o PIP é o programa para os alunos que não sabem, que não alcançaram as metas, que falharam, e , para que respondam como os outros precisam, dentro dessa lógica, serem retirados da sala de aula, serem privados do convívio com a turma de origem, das trocas com os seus pares de idade, para receberem um atendimento diferenciado que os proporcione um suposto melhor desempenho dentro das avaliações sistêmicas.

Partindo dessa lógica de busca por bons desempenhos adotada pelas políticas educacionais contemporâneas, abaixo observamos os resultados obtidos pelos alunos atendidos pelo Programa de Intervenção no Avalia BH em 2009 na prova de Língua Portuguesa.

Aluno	Idade	Proficiência	Padrão de desempenho
1	Nove anos	166,4	Satisfatório
2	Nove anos	158,8	Satisfatório
3	11 anos	84,6	Abaixo do básico
4	Nove anos	164,4	Satisfatório
5	12 anos	Não realizou a avaliação	
6	Nove anos	101,2	Básico
7	Nove anos	Não realizou a avaliação	
8	11 anos	Não realizou a avaliação	
9	Nove anos	78,1	Abaixo do básico
10	Nove anos	164,0	Satisfatório
11	Nove anos	169,7	Satisfatório
12	Nove anos	159,4	Satisfatório
13	Nove anos	Não realizou a avaliação	
14.	12 anos	125,6	Abaixo do básico
15	Nove anos	134,7	Básico
16.	10 anos	126,2	Básico
17	10 anos	164,0	Satisfatório
18	Oito anos	123,5	Básico

* Padrões

- Até 125 – Abaixo do Básico
- De 125 a 150 – Básico
- De 150 a 225 – Satisfatório
- De 225 a 250 ou mais – Avançado

É importante destacar que o instrumento de avaliação usado no Avalia BH considerou sete crianças que ainda se encontram em processo de alfabetização como estando dentro do satisfatório. Podemos entender que há discordância entre o que se considera como satisfatório através da prova e o satisfatório para a escola que classificou os mesmos alunos como em processo de alfabetização.

O instrumento de avaliação usado no Avalia BH é uma prova contendo questões de múltipla escolha de Língua Portuguesa. Um instrumento como esse pode sim contribuir para diagnosticarmos em que nível do processo de desenvolvimento da aquisição do código o aluno se encontra, mas ele é insuficiente para traduzir o processo de construção de conhecimento do aluno que precisa ser avaliado de uma forma mais minuciosa, como fez a escola.

Diante dessa situação algumas reflexões são pertinentes. Um instrumento para avaliar pontualmente todos os alunos não é capaz de traduzir todo o processo de aprendizado. Além disso, as avaliações sistêmicas contemplam apenas alguns dos objetivos propostos para serem trabalhados com as crianças e não outros. No caso específico do instrumento do Avalia BH de 2009 as crianças não precisaram demonstrar habilidades de escrita e, sim, de leitura e interpretação.

Partindo da fundamentação teórica e das práticas sugeridas para o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) proposto pela SMED para o ano de 2010, bem como, o formato que ele adquire na Escola Municipal Elisa Buzelin, acompanhei o desenvolvimento de dezoito alunos selecionados pelas professoras de Língua Portuguesa e classificados pela professora de intervenção e pela coordenação pedagógica como alunos em processo de alfabetização.

O trabalho de intervenção foi iniciado em março de 2010 e será concluído em dezembro do mesmo ano. O período de observação ocorreu de março a setembro. No início da implementação do PIP fiz um levantamento através da escrita dos alunos para compreender em que nível do processo de aquisição do código alfabético/ortográfico eles se encontravam e após o transcorrer de seis meses voltei a avaliar a escrita dos alunos para realizar uma análise comparativa.

O PIP como é efetivado na Escola Municipal Elisa Buzelin nos dias, horários e local tem sido mais uma oportunidade de aprendizagem para as crianças ou elas têm sido penalizadas de alguma forma por participar do Projeto?

Os alunos que participam da Intervenção Pedagógica e foram selecionados por não terem ainda concluído o seu processo de alfabetização demonstrarão avanços na aquisição do código após um período de efetiva participação no PIP?

Em que nível do processo de aquisição do código esses alunos se encontravam em abril de 2010 e em qual nível eles se encontrarão em setembro do mesmo ano?

A escola

A Escola Municipal Elisa Buzelin foi fundada no ano de 1971 para atender ao Conjunto Colar, que dava nome ao bairro. Conjunto de casas populares para famílias de classe média. O bairro “Conjunto Colar” hoje é o bairro Piratininga. O bairro cresceu, o Conjunto Colar é hoje parte de uma comunidade maior, mas naturalmente, preserva pontos importantes daquela comunidade que a originou. Nesta comunidade não há prédios residenciais. Predomina as casas grandes do conjunto, mas em sua maioria, encontramos no bairro casas pequenas e barracões. As casas, em sua maioria têm o conforto da vida atual: televisão, geladeira, vídeo, dvd e computador. As ruas são asfaltadas, com água, luz, telefone e sistema de esgoto.

Nesta comunidade, o comércio se resume as pequenas lojas, bares, pequenos supermercados e prestadores de serviços como oficinas, serralherias, marcenarias. As famílias são, em sua maioria, formadas por pai, mãe e filhos, mas temos um número significativo de famílias formadas por mãe, filhos e padrasto e temos ainda, muitas criadas por avós. As mães, como são comuns na sociedade atual, são trabalhadoras assalariadas e muitas sustentam as famílias.

O nível sócio/econômico é médio para baixo. De maneira geral, os alunos vêm à Escola uniformizados, usam tênis, meia, mochila, têm todo o material escolar. A comunidade é dividida entre católicos e evangélicos, tendo duas igrejas católicas no entorno da Escola, que têm grande atuação social na comunidade.

Não há espaços para lazer, nem para a prática esportiva. Há uma pequena praça onde os moradores levam seus filhos para brincar. A Escola permanece aberta aos sábados e domingos de oito às quatorze horas com oficinas no projeto da Prefeitura de Belo Horizonte denominado Escola Aberta. O posto de saúde que atende à comunidade fica no bairro vizinho.

A violência também está presente na comunidade como uma marca desta

sociedade atual. Roubos, drogas, pichações e outras formas de violência são constantes. Na escola, no entanto, há poucos casos de roubos, depredações e outros tipos de violência se comparado às demais escolas da região.

A escola Elisa Buzelin está inserida nesta comunidade há trinta e nove anos, é historicamente muito valorizada por ela, atendendo a todas as crianças em idade escolar, mas tradicionalmente é muito procurada por famílias que moram em outros bairros. O cadastro anual realizado pela PBH aponta uma demanda de vagas para esta Escola superior as vagas oferecidas, o que provoca muita insatisfação daqueles não atendidos.

A escola é formada por doze salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática, uma sala para o projeto de intervenção, quadra, parquinho, cantina, sala de professoras, secretaria, sala da direção e sala da coordenação. Atende anualmente em torno de setecentos e vinte alunos, divididos em dois turnos. O primeiro ciclo funciona no turno da manhã e o segundo no turno da tarde. São dezoito professoras em cada turno. Dessas uma é professora-coordenadora juntamente com a coordenadora, e uma é professora de intervenção. A escola tem um quadro praticamente fixo de professoras, com baixíssima rotatividade.

A prática pedagógica da escola é considerada tradicional. Muitos projetos de trabalho são desenvolvidos, mas com ênfase nos conteúdos curriculares por disciplina/série. Nos últimos anos dois acontecimentos mereceram destaque, renovação do quadro de professoras do primeiro ciclo, devido à aposentadoria de muitas profissionais e formação intensa na abordagem do ensino de acordo com o desenvolvimento de capacidades/habilidades. Essas mudanças levaram a um aprimoramento do trabalho no primeiro ciclo que passou a ser na perspectiva proposta pela SMED de acordo com as Proposições Curriculares. Já no segundo ciclo o trabalho na perspectiva das Proposições Curriculares ainda não foi consolidado e a escola, a partir do próximo ano, vai investir na formação das professoras e avançar nesse sentido.

Metodologia

Para conhecer os alunos que foram selecionados para o Projeto de Intervenção Pedagógica e considerados em processo de alfabetização, em um

primeiro momento fiz um levantamento dos erros encontrados em suas escritas. Além disso, fiz o levantamento dos desempenhos dos mesmos alunos nas avaliações sistêmicas propostas no transcorrer do desenvolvimento do projeto. São elas Avalia BH 1 (diagnóstica), Avalia BH 2 (diagnóstica).

Para compreender melhor o funcionamento do PIP na Escola apliquei um questionário com a intenção de conhecer como a proposta da SMED é traduzida na prática escolar.

Em um segundo momento, foi feita a análise do material oferecido pela SMED para as aulas de intervenção, bem como, da construção das atividades propostas pela professora do PIP. Após o período de análise, e do transcorrer de sete meses de efetivo trabalho da Intervenção avaliei novamente os erros cometidos pelos alunos em suas escritas com o objetivo de compreender, a partir do referencial teórico aqui adotado, se houve avanço dos alunos no processo de alfabetização e quais foram eles.

Para analisar o processo de intervenção é fundamental compreender como se dá a aquisição do código alfabético pela criança. Segundo Miriam Lemle um primeiro problema para o alfabetizando é o de compreender que os sinais (letras) representam os sons da fala, ou seja, a existência de uma relação simbólica entre a escrita e a linguagem verbal.

Para a autora, num primeiro momento a criança constroa a hipótese da relação monogâmica entre sons e letras do alfabeto. O modelo ideal do sistema alfabético é o de que cada letra corresponde a um som e cada som a uma letra, mas essa relação ideal só se realiza em poucos casos.

Para avançar no processo de alfabetização, o aluno precisa rejeitar a hipótese da monogamia. Trata-se da segunda etapa, a teoria da poligamia com restrições de posição. O alfabetizando precisa compreender a relação existente entre a posição da letra na palavra e o seu som. Para cada letra numa dada posição, corresponde um dado som.

Finalmente o aprendiz precisa compreender as relações de concorrência. Mais de uma letra para o mesmo som na mesma posição. Duas letras estão aptas a

representar o mesmo som, num mesmo lugar, e não em lugares diferentes.

“Da classificação feita a partir dos três diferentes tipos de acoplamento entre os sons e letras em nosso sistema de escrita, derivamos um percurso que o aprendiz das letras deve fazer até se assenhorear completamente do sistema. Por meio desse enfoque, podemos estabelecer objetivamente um critério prático para avaliar os erros de escrita e de leitura cometidos pelo alfabetizando. Além disso, podemos utilizar a avaliação dos erros para diagnosticar com bastante precisão em que etapa do processo de aquisição o aluno se encontra.” (Lemle, 2007, p. 39,40)

Falhas de primeira ordem

O aprendiz ainda está em fase de dominar as capacidades prévias da alfabetização, as falhas cometidas são leitura lenta, com soletração de cada sílaba, e escrita com falhas na correspondência linear entre as seqüências dos sons e as seqüências das letras.

Falhas de segunda ordem

O aprendiz está retido na etapa monogâmica da sua teoria da correspondência entre os sons e letras, ignora as particularidades na distribuição das letras. Na leitura, pronuncia cada letra escandindo-a no seu valor central. Sua escrita é como uma transcrição fonética da fala.

Falhas de terceira ordem

O aprendiz já escalou o terceiro patamar do saber ortográfico e incorporou a terceira versão da teoria da correspondência entre os sons e letras, suas falhas se limitarão às trocas entre as letras concorrentes.

A atividade proposta para a avaliação dos erros cometidos na escrita é composta por um ditado de palavras e pela escrita espontânea de uma frase a partir de uma ilustração. O ditado foi escolhido por ser uma prática muito utilizada entre os professores e por possibilitar à criança produzir a escrita a partir de suas hipóteses a

respeito do funcionamento do sistema de escrita ou do conhecimento que tem de suas convenções.

Na organização do ditado foram selecionadas palavras compostas por sílabas canônicas (consoante-vogal) e não canônicas (consoante-vogal-consoante, consoante-consoante-vogal e consoante-consoante-vogal-consoante) com o objetivo de verificar em que nível da construção da escrita os alunos se encontram.

Análise dos resultados

Aluno	Idade (anos)	Tipo de falhas cometidas 1º teste	Tipo de falhas cometidas 2º teste	Padrão de desempenho Avalia BH1-2010	Padrão de desempenho Avalia BH 2 2010
1	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Satisfatório
2	9	De 3ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Básico
3	11	De 1ª ordem	De 1ª ordem	Abaixo do básico	Abaixo do básico
4	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Básico
5	12	De 3ª ordem	De 3ª ordem	—	Abaixo do básico
6	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Básico	Básico
7	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	—	Abaixo do básico
8	11	De 2ª ordem	De 3ª ordem	—	Básico
9	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Abaixo do básico	Satisfatório
10	9	De 3ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Satisfatório
11	9	De 3ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Satisfatório
12	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Satisfatório	Satisfatório
13	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	—	—
14	12	De 1ª ordem	De 2ª ordem	Abaixo do básico	Abaixo do básico
15	9	De 2ª ordem	De 3ª ordem	Básico	Básico
16	10	De 3ª ordem	De 3ª ordem	Básico	Básico
17	10	De 2ª ordem	De 2ª ordem	Satisfatório	Abaixo do básico
18	9	De 2ª ordem	De 2ª ordem	Básico	Básico

De acordo com os dados explicitados na atividade diagnóstica podemos concluir que dez das crianças que frequentaram o PIP tiveram avanço na compreensão do sistema de escrita alfabético ortográfico e oito apresentaram poucos avanços dentro desse processo. Houve uma regularidade entre os resultados obtidos na atividade diagnóstica e na atividade 1 e 2 do Avalia BH. Os alunos que obtiveram avanço na atividade diagnóstica, em sua maioria, também obtiveram um melhor aproveitamento no Avalia BH 2 quando comparado ao Avalia BH 1.

Alguns exemplos dos tipos de falhas cometidos pelos alunos:

Falhas de 1ª ordem	Falhas de 2ª ordem	Falhas de 3ª ordem	Palavra
Falhas na correspondência linear entre seqüências dos sons e a seqüências das letras	Ignora as particularidades na distribuição das letras	Trocas entre letras concorrentes	
corio			corrida
bdi			bode
siu		sau	sal
gicite		jigante	gigante
	papu		papo
	bodi		bode
	matu		mato
	escorregano		escorregador
		tenpo	tempo
		trese	treze
		operareo	operário

De acordo as Diretrizes para o PIP os eixos norteadores para o trabalho com o grupo de alunos do 2º ciclo são:

1. A ampliação da aquisição da leitura e da escrita iniciada no 1º ciclo;
2. A construção da identidade, da autonomia e da alteridade.

Esse grupo que acompanhei na Intervenção Pedagógica é considerado grupo1. O mesmo é formado pelos alunos que iniciaram o 2º ciclo sem a capacidade relativa à apropriação do sistema de escrita consolidada, ou seja, ainda não completaram a alfabetização.

Nas Diretrizes para o PIP quero destacar algumas orientações. É proposta uma rotina semanal de necessariamente quatro dias, com módulos/aula de, no mínimo, 1h30min diários para o grupo, os grupos devem ser compostos, em média, por 10 integrantes, o atendimento deve acontecer em espaço apropriado, fixo e com

materialidade adequada e a escola deve atender os alunos prioritariamente no contraturno.

Quanto ao perfil da professora interventora as Diretrizes orientam que “a escola deve selecionar um/a professor/a alfabetizador/a que a dote uma metodologia de ensino e aprendizagem voltada para a reflexão e análise dos conhecimentos trabalhados, levando em conta as especificidades dos/as alunos/as. ((SMED, BH, 2009, pág. 6, grifo no original)).

O PIP na Escola Municipal Elisa Buzelin.

No início do presente ano foi aprovada a verba para a construção da sala para o PIP, o que era desejo do coletivo de professoras e até então não havia se efetivado. Portanto temos um espaço adequado para o desenvolvimento do programa.

A professora interventora atende ao perfil proposto pela SMED, que se traduz em ser assídua, comprometida com o Projeto, ter conhecimento na área da alfabetização na perspectiva do letramento e habilidade para trabalhar com adolescentes.

As aulas acontecem para o grupo 1, que é formado por 18 alunos que foram subdivididos em 2 subgrupos e são atendidos, dentro do próprio horário de estudo, de 13 às 14 horas para um grupo e de 14 às 15 horas para outro grupo.

Como o documento abre a possibilidade de atendimento às crianças dentro do próprio turno de estudo e a escola não tem o projeto escola integrada, foi ponderado pela direção/coordenação no início do ano que o atendimento aconteceria no próprio turno de estudo da criança. Em uma experiência anterior o atendimento foi proposto no contraturno e a frequência era baixa; é importante destacar que infrequência é um problema comum ao grupo de alunos que participam da intervenção. Além disso, a escola não dispondo de escola integrada não teria como atender as crianças para o almoço, caso elas viessem pela manhã e permanecessem até o horário da aula, no caso, o 2º turno.

Nesse contexto os alunos do PIP saem diariamente das salas de aula e se dirigem para a sala de intervenção. Lá eles realizam atividades que têm por

finalidade ajudá-los a avançar dentro de seus processos de alfabetização. Depois voltam para as salas de aulas para continuarem tendo as aulas correspondentes ao seu respectivo ano dentro do 2º ciclo. As professoras de Língua Portuguesa, cada uma nas suas aulas, buscam dentro de suas possibilidades e desejos, dar um atendimento diferenciado para os alunos do PIP. Isso se traduz em um acompanhamento mais próximo para o desenvolvimento das atividades, em um monitoramento por um colega com mais facilidade e, em alguns casos, em atividades diferenciadas para esses alunos.

Não há, de forma concreta a integração das aulas do PIP com as atividades em sala de aula. Principalmente por que os temas propostos para o PIP são descontextualizados dos projetos desenvolvidos pela escola. Portanto o PIP acontece dentro do próprio horário de estudo dos alunos, mas de uma forma paralela.

A desconexão do PIP com o trabalho em sala de aula gera uma ruptura na construção dos conhecimentos pelas crianças. É muito comum a criança se destacar no Projeto de Intervenção, mas ser mal avaliada em sala de aula. O que se espera na Intervenção é que o aluno seja capaz de avançar no processo de alfabetização/letramento e o que se espera dele na sala de aula é que domine os conteúdos específicos de cada matéria do ano e do ciclo em que ele está inserido. Ao mesmo tempo o aluno ao retornar para a sala de aula necessita fazer um esforço enorme para se sintonizar com o trabalho que está acontecendo.

As salas de aula do segundo ciclo são formadas com trinta alunos, esses alunos esperam que a professora trabalhe com eles o currículo correspondente ao ano escolar em que se encontram e em se tratando de segundo ciclo estas aprendizagens já estão muito além do domínio do código lingüístico, código esse que os alunos do PIP ainda estão se esforçando para dominar. Além disso, há uma pressão das avaliações externas que vão exigir dos alunos do segundo ciclo o domínio de capacidades/habilidades correspondentes a sua idade.

Lois Brandts em uma análise muito lúcida dos programas de reforço nos chama a atenção para o deslocamento da criança que precisa freqüentar a aula de reforço.

“A preparação para sair, a saída e a volta para a sala de aula

representam uma grande perturbação na continuidade do trabalho, especialmente para uma criança jovem. Se registrarmos só o tempo perdido pode dizer de uma forma aproximada, que são gastos quinze minutos todos os dias só na mudança de lugar e na readaptação.” (...) Brandts, 2010.

Há uma nova realidade, alunos de segundo ciclo não alfabetizados. Alunos que antes, provavelmente, teriam evadido da escola devido às reprovações, agora permanecessem, mas ainda não adquiriram as capacidades/habilidades correspondentes ao ciclo em que se encontram.

Nesse aspecto fica evidente a dificuldade que as escolas ainda têm em trabalhar com a heterogeneidade e com as diferenças. Não existem outras formas de acompanhar os alunos em seus ritmos diferenciados? Como compreender que existem ritmos diferentes de aprendizagem se operamos com a lógica do desempenho padrão que é reforçada diariamente nas políticas públicas quando divulga os resultados das escolas nas avaliações sistêmicas e classifica tanto os alunos, quanto a própria escola e cogita inclusive a possibilidade de vincular o salário do professor ao desempenho dos seus alunos. O Próprio PIP é uma exigência da SMED e acontece obrigatoriamente em todas as escolas da rede municipal de Belo Horizonte. Só esse ano todos os nossos alunos fizeram duas avaliações do Avalia BH para diagnóstico e farão, nos próximos meses, uma para contabilização de resultados pela SMED e conseqüentemente de classificação das escolas.

O material proposto para o PIP

“Será produzido um suporte teórico metodológico pela Equipe de Intervenção da SMED. O(a) professor(a) poderá adequar o material de acordo com a especificidade de cada agrupamento de alunos, porém, a concepção teórico-metodológica da alfabetização na perspectiva do letramento e o tema deverão ser preservados.” ((SMED, BH, 2009, pág. 5)

O tema do primeiro caderno proposto para o PIP é Cidadania

No início da proposta é feito um convite para as crianças conhecerem os demais colegas que participam do PIP. As crianças são convidadas a conhecer o primeiro documento de suas vidas que é a certidão de nascimento. Esse documento

é explorado, as informações que contém são trabalhadas. As palavras identificação e certidão são destacadas e trabalhadas com rimas, jogos, etc. A certidão é interpretada como o documento que transforma a criança em cidadão e dentro dessa concepção são desenvolvidas várias atividades.

Essas atividades promovem uma visão mais funcional da escrita, dentro de uma perspectiva da prática social, de forma que o aluno está sendo alfabetizado na perspectiva de letramento. O tema é bastante coerente com a idade dos alunos que já têm entre nove e doze anos. Posteriormente são sugeridas dez palavras: telhado, tamanduá, Danoninho, tubarão, durex, dominó, dez, time, tocha e dinossauro. A partir das sílabas dessas palavras inicia-se todo um trabalho de geração de outras palavras.

Finalmente a apostila retoma as atividades com a certidão de nascimento e o nome e sobrenome de cada um.

Nessas atividades há uma quebra da proposta, pois as palavras sugeridas para análise são descontextualizadas de todo o trabalho feito anteriormente com a certidão de nascimento e sua importância social.

O segundo tema proposto para o PIP é Direitos

Os alunos são convidados a assistir dois filmes de curta metragem (10 centavos e As coisas que moram nas coisas). A partir dos curtas metragens, as crianças são levadas a dar opiniões e a lerem um comentário de um aluno de uma turma do projeto como eles. O comentário do aluno é interpretado e sua finalidade trabalhada. Posteriormente são listados alguns direitos das crianças através de desenhos e eles devem associá-los com palavras: alimentação, liberdade de opinião, escola, saúde, amor, cuidados especiais, paz, brincar, igualdade de tratamento. A partir de então é iniciado o trabalho com as letras do alfabeto tendo como proposta inicial o texto Alfabeto de Ed Wilson e Carlos Colla. As letras do alfabeto são compreendidas dentro do contexto dos direitos das crianças.

Nesse segundo tema o fio condutor do trabalho não se quebra a proposta da alfabetização na perspectiva do letramento é feita de forma coerente com um tema bastante atual.

Sinopse dos curtas metragens

1. *10 Centavos* - Um dia na vida de um garoto que mora no subúrbio ferroviário de Salvador e trabalha como guardador de carros no centro histórico.
(www.portacurta.com.br)
2. *As coisas que moram nas coisas* - Enquanto acompanham sua família formada por catadores de lixo, três crianças atribuem novos significados aos objetos descartados pela cidade, inventando brincadeiras e pontos de vista.
(www.portacurta.com.br)

O material oferecido para o desenvolvimento do trabalho permite uma compreensão de que o aluno do PIP no segundo ciclo ainda não concluiu seu processo de aquisição da leitura e da escrita, mas é ao mesmo tempo um sujeito que tem entre nove e doze anos e, portanto, apresenta interesses próprios de sua idade, pré-adolescência. Os eixos norteadores para o trabalho com o grupo de alunos do 2º ciclo que são a ampliação da aquisição da leitura e da escrita e a construção da identidade, da autonomia e da alteridade que ancoram a proposta de trabalho, bem como, a alfabetização na perspectiva do letramento. Porém esse trabalho é descontextualizado das demais atividades que a escola desenvolve, pois só a professora da intervenção é que trabalha com esse material, não há momento de trocas entre a professora da intervenção e as demais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta da SMED implementada também na Escola Municipal Elisa Buzelin podemos perceber: materialidade adequada; capacitação do professor interventor; adequação da proposta de trabalho (temas/conteúdos); flexibilização do sistema 1.5, permitindo um professor específico para a função de interventor. Porém a proposta não faz avançar todos os alunos e nem tão pouco os que avançam o fazem o suficiente para corresponder à sua idade ciclo que é a lógica do desempenho padrão. Questões como a falta de uma maior interlocução entre o professor interventor e os demais professores; entre a proposta da intervenção e as atividades da própria escola; as constantes faltas dos alunos que participam da intervenção (de fevereiro a setembro a média de faltas do grupo é de 14 faltas por

aluno) e a impotência da escola em despertar o desejo de aprender em alguns alunos podem servir de material para possíveis reflexões do PIP.

“O desejo, que é fábrica, potência, alegria, é fundamental para aprender, para pensar, criar, construir, enfrentar os poderes, as dificuldades da vida, movimentar, deixar ‘passar algo’, produzir alegrias, viver”. (Paraíso, 2010, p.157)

O domínio da leitura e da escrita na perspectiva do letramento não envolve apenas capacidades/habilidades a serem mensuradas pelas avaliações sistêmicas, mas para muito além disso, é uma necessidade e um direito que precisa ser garantido para que os alunos exerçam plenamente sua cidadania numa sociedade cada vez mais grafocêntrica. As exigências no mundo contemporâneo são muitas e não queremos que os nossos alunos estejam na categoria de analfabetos funcionais, mas que tenham condição de responder adequadamente às demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita.

Todos os questionamentos e orientações na atualidade são nesse sentido: temos que garantir a sobrevivência do educando no mundo e para isso ser letrado fará toda a diferença.

Primeiro o direito à educação, depois o direito à permanência na escola, agora o desafio é garantir a aprendizagem de todas as crianças.

O PIP é a proposta da SMED para a demanda dos alunos que não alcançaram o patamar desejado nas avaliações sistêmicas. Para dez das crianças que participaram do PIP na Escola Municipal Elisa Buzelin no ano de 2010, houve avanço na compreensão do sistema de escrita alfabético ortográfico. Inclusive, alguns falam com orgulho que depois de freqüentar o PIP passaram a compreender melhor as explicações em suas salas de origem, outros falam que aprenderam a ler no PIP. Não há como desconsiderar tais avanços, mas também não há como deixar de refletir sobre algumas questões:

- a experiência do PIP acontece de forma paralela dentro da escola;
- o grupo de alunos que ainda não estão alfabetizados deve ser um compreendido pelo coletivo da escola como necessitando de diferentes

estratégias de ensino e não como um problema da professora de intervenção;

- há uma pressão sobre a escola para que todos os alunos sejam bem sucedidos nas avaliações sistêmicas de forma que o respeito aos ritmos diferenciados é desconsiderado.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Batista, Antonio Augusto Gomes, et al. Capacidades da alfabetização. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

Boletim da Escola/ Língua Portuguesa Avalia BH Volume III 1º ciclo e volume III 2º ciclo – 2010

Boletim Pedagógico Língua Portuguesa Simave- Proeb – 2006.

Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação – Minas Gerais – Simave- Proeb – 2007, 2008.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Proposições Curriculares Ensino Fundamental – 2º ciclo – texto preliminar. Belo Horizonte, janeiro de 2008.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Diretrizes para o Projeto de Intervenção Pedagógica. Belo Horizonte, maio de 2009.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Diretrizes para o Projeto de Intervenção Pedagógica. Ofício SMED/ GCPPF. Belo Horizonte, maio de 2009.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Diretrizes para o funcionamento do Projeto de Intervenção Pedagógica. Ofício Ensino Fundamental/ GCPPF/SMED – 003/2010. Belo Horizonte, janeiro de 2010.

BRANDTS, LOIS. Por que as aulas de reforço estão sabotando a nossa escola? Revista Língua Escrita, Ceale. Belo Horizonte, (7), 2010.

LEMLE, Miriam. Guia Teórico do Alfabetizador. 17ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2007.

PARAÍSO, Marlucy. O currículo entre a busca por “bom desempenho” e a garantia das diferenças. In: SANTOS, Lucíola [et.al]. (Orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARAÍSO, Marlucy (org). Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades. Curitiba: CRV, 2010. (p. 157)

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Elisa Buzelin. Belo Horizonte: dezembro, 2007.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. N. 25, p. 5-17, jan./abr.2004.

www.educacao.mg.gov.br/proalfa

www.mec.gov.br

www.portacurta.com.br